

HABEAS CORPUS Nº 548.901 - GO (2019/0358315-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : SARAH DE LIMA PINHEIRO
ADVOGADO : SARAH DE LIMA PINHEIRO - GO027730
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : HAGATA RODRIGUES DO CARMO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HAGATA RODRIGUES DO CARMO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no julgamento do HC n. 5528903.13.2019.8.09.0000.

Segundo os autos, a paciente foi presa em flagrante no dia 18/4/2019, ao lado de outros acusados, prisão essa posteriormente convertida em preventiva, como supostamente incursa nos delitos de tráfico de drogas e associação para o mesmo fim (e-STJ fls. 68/75), tendo em vista a **apreensão de 1,910kg (um quilograma e novecentos e dez gramas) de cocaína e 800kg (oitocentos quilogramas) de maconha.**

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 434):

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRÁFICO DE DROGAS ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO. TESES DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA, DE PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS AOS PACIENTES, DE POSSIBILIDADE DE COMINAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS E DE OFENSA AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. FIM DA INSTRUÇÃO JÁ SE AVIZINHA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. 1. Não se conhece de temáticas idênticas a outras já analisadas e julgadas anteriormente, por constituir reiteração de pretensão liberatória, com os mesmos fundamentos. 2. Não configura constrangimento ilegal, por força de aplicação do princípio da razoabilidade, a legítima demora na conclusão da instrução criminal de processo, cujo fim da instrução processual já se avizinha. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA

EXTENSÃO, DENEGADA.

Nesta instância, a defesa sustenta carência de fundamentação idônea a amparar a prisão preventiva decretada em desfavor da paciente, além do fato de ser a custodiada primária e portadora de condições pessoais favoráveis.

Ademais, argumenta ser desproporcional a imposição da medida extrema ante uma possível pena em caso de condenação.

Por fim, assere haver excesso de prazo para a conclusão do processo.

Posto isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da segregação provisória, ainda que mediante a imposição de alguma das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, o que se pede em caráter subsidiário.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo a presença do *fumus boni iuris* hábil a justificar o deferimento da tutela de urgência pleiteada. Isso porque, a apontada ilegalidade na imposição da prisão preventiva não se mostra de plano configurada, porquanto foram mencionados fatos concretos no decreto prisional que, aparentemente, podem indicar a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, notadamente ante a quantidade e variedade de drogas apreendidas.

Ademais, de acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios, devendo ser realizada uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – bem como o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação da prisão preventiva – e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso** aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator